

FOLHA DE S. PAULO



o que voc

Buscar

mercado

Brasileira que analisa dívida da Grécia aponta indícios de ilegalidade

LUISA PESSOA

DE SO PAULO

20/08/2015 ○ 17h04

Reproduo/Facebook/maria.fattorelli

FOLHA DE S.PAULO



Brasileira Maria Lcia Fattorelli participa da auditoria da dívida pública da Grécia

Afundada em uma das piores crises econômicas de sua história, a Grécia chamou uma brasileira para analisar a dívida pública do país. Maria Lcia Fattorelli, especialista em administração tributária pela FGV e trabalhou como auditora da Receita Federal por quase 30 anos.

O convite veio em abril, quando a presidente do Parlamento grego, Zoe Konstantopoulou, **constituiu uma comissão** —comandada pelo cientista político belga Ric Toussaint— para auditar a dívida grega.

Fattorelli foi escolhida para o grupo por sua experiência na coordenação da associação de voluntários Auditoria Cidadã da Dívida, que analisa a dívida brasileira, externa e interna, em todos os seus níveis (federal, estadual e municipal).

FOLHA DE S.PAULO



PRESENTE PARA GREGO

No caso da Grécia, a comissão apresentou um relatório preliminar em junho (disponível [on-line](#)). Foram analisadas as dívidas contradas a partir de 2010 —auge da crise financeira iniciada em 2007—, quando teve início a interferência da troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) no país.

Segundo Fattorelli, um dos principais problemas encontrados pela auditoria foi a geração de dívida pública por meio da transferência de ativos tóxicos —ou seja, de títulos desmaterializados, normalmente não admitidos para comercialização em Bolsas de Valores, cuja tendência a desvalorização continua— de bancos privados para países europeus.

Essas transações ocorreram em 2010 por meio da compra e troca de títulos pelo BCE (Banco Central Europeu) e em 2012 pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (em inglês, European Financial Stability Facility - EFSF), criado por imposição do FMI em 2010, que tem os países europeus como acionistas e garantidores.

FOLHA DE S.PAULO



Esses títulos, por sua vez, passavam pelo Banco Central grego, que registrava a dívida pública, e em seguida eram entregues a um fundo privado criado na Grécia também por imposição do FMI —denominado HFSF (Hellenic Financial Stability Fund)— que os utilizou para comprar papéis sem lastro emitidos por bancos privados gregos.

Ao final, de acordo com a auditora, o governo grego ficou com esses papéis podres, sem lastro, e os bancos privados com os papéis advindos do EFSF, que detinham as garantias dos países europeus.

Apesar de não ter recebido reais recursos financeiros, segundo os auditores, o governo grego hoje precisa reembolsar tais "dívidas" com recursos efetivos, por meio de cortes de despesas sociais e de investimentos públicos e pela privatização de bens públicos.

Também estão sendo averiguadas, segundo a auditora, denúncias de que o déficit orçamentário do país foi superestimado —a justificativa para a intervenção da tripla na Grécia em 2010.

"claro que governos gregos anteriores também cometeram erros de gestão financeira, mas esses erros não justificam a validade de uma dívida gerada indevidamente, com fortes indícios de ilegalidade e ilegitimidade", diz Fattorelli.

FOLHA DE S. PAULO**FUTURO**

Segundo a auditoria, a aceitação pelo governo grego de um novo plano de resgate da União Europeia, após plebiscito no dia 5 de julho rejeitar uma proposta de socorro financeiro dos credores internacionais, foi "lastimável".

"O acordo só far agravar a já complicadíssima situação da economia grega, aprofundando ainda mais a crise humanitária. Ele é insustentável, e em pouco tempo haverá outra crise ainda mais difícil."

De acordo com ela, a renúncia do premi grego, Alexis Tsipras, anunciada nesta quinta (20), decorrente da perda de sua legitimidade frente ao próprio partido, o Syriza, e também sociedade grega, após essa decisão.

O relatório final de auditoria da dívida grega tem previsão de divulgação para setembro de 2016.

Infográfico: Dívida pública em relação ao PIB na Europa

FOLHA DE S. PAULO



A primeira tem como objetivo reunir e expor os números relativos ao montante da dívida contrada, ao quanto já foi pago em títulos e amortizações e aos fatores que influenciaram no seu crescimento. Depois, são analisados os documentos que do base a esses empréstimos, verificando se todos os processos e as exigências legais foram respeitados. Por fim, um relatório produzido com o diagnóstico da situação.

"O relatório de auditoria não é um texto de opinião. Tudo o que escrevemos ali tem que estar respaldado em documentos", diz Fattorelli, que, no entanto, enfatiza que a comissão de auditoria não tem nenhum poder de decisão sobre os passos a serem dados pelo governo depois.

EQUADOR

Pouco conhecido, o trabalho de auditoria de dívidas públicas já foi feito por uma comissão, da qual também participou Fattorelli, no Equador entre 2007 e 2008.

As conclusões do relatório final dos auditores fizeram o então recém-eleito presidente Rafael Correa suspender parte do pagamento de dívidas do país que venceriam em 2008, após a comprovação de que algumas delas provinham de fraudes e ilegalidades.

"Encontramos simples notas promissórias, sem contrato, para a contratação de dívidas. Suspeitamos que eram dívidas para financiar gastos da ditadura militar — há uma definição jurídica para isso, dívidas 'odiosas', que vão contra o interesse da população", disse Fattorelli sobre a experiência.

Segundo ela, a atitude do presidente Correa de suspender a dívida permitiu o aumento dos investimentos públicos nas áreas de educação, saúde e infraestrutura. No ano passado, o país cresceu 4,9% (o Brasil cresceu 0,1% e a Grécia retraiu 0,2%).

comentários

[Ver todos os comentários \(4\)](#)

Caro leitor,

[Termos e condições](#)

para comentar, você precisa ser assinante da **Folha**. Caso você seja um, por favor entre em sua conta cadastrada. Se você é assinante mas não possui senha de acesso, cadastre-se.